



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

DIÓGENES DE OLIVEIRA E SOUZA

**POLÍTICA MUNICIPAL: um estudo sobre o nível de
conhecimento dos estudantes das escolas estaduais do município
de Paracatu - MG**

Brasília – DF
2019

DIÓGENES, Oliveira e Souza.

POLÍTICA MUNICIPAL: um estudo sobre o nível de conhecimento dos estudantes das escolas estaduais do município de Paracatu - MG/Diógenes de Oliveira e Souza, Anápolis: Universidade de Brasília, Orientador: Prof Nilton Oliveira da Silva. 2019. 31 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Cidade-Estado, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Política. 2. Jovem. 3. Educação.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

DIÓGENES DE OLIVEIRA E SOUZA

POLÍTICA MUNICIPAL: um estudo sobre o nível de conhecimento dos estudantes das escolas estaduais do município de Paracatu - MG

.

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor(a) Orientador(a): Nilton Oliveira da Silva

Brasília – DF
2019

DIÓGENES DE OLIVEIRA E SOUZA

POLÍTICA MUNICIPAL: um estudo sobre o nível de conhecimento dos estudantes das escolas estaduais do município de Paracatu - MG

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Diógenes de Oliveira e Souza

Nilton Oliveira da Silva
Professor-Orientador

Tales Ramos Monteiro dos Santos
Professor-Examinador

Msc. Sonirza Corrêa Marques
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2017

RESUMO

O presente trabalho busca medir o conhecimento dos estudantes de nono ano ao ensino médio sobre Política em sua esfera municipal. Durante toda a história da humanidade houver divergências de opiniões, mas que a sabedoria está em justamente respeitar o posicionamento do outro, sendo ele diferente ou não. A pesquisa será caracterizada como exploratória e foi realizada no município de Paracatu-MG com jovens estudantes de 11 escolas da rede estadual de ensino. Utilizou-se de um questionário com 10 perguntas referente a política municipal ao qual estes alunos estão inseridos. Foram computados 2.002 alunos como respondentes. Após a coleta de dados, os resultados foram registrados por meio gráficos a fim de se verificar quantitativamente os dados qualitativos. Como resultados da pesquisa, foi possível constatar que os jovens ainda não sabem e não tem noção da importância do tema abordado. O futuro político do país está nas mãos desses jovens que aos 16 anos já podem votar. O presente estudo irá comprovar esta situação.

Palavras-chave: Política. Jovens. Educação.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Resultado das respostas dadas as questões 1, 3, 8, 9 e 10	20
GRÁFICO 2 – Resultado das respostas dadas a questão 6	21
GRÁFICO 3 – Resultado das respostas dadas a questão 2	22
GRÁFICO 4 - Resultado das respostas dadas a questão 4.....	23
GRÁFICO 5 – Resultado das respostas dadas a questão 5	24
GRÁFICO 6 - Resultado das respostas dadas a questão 7.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização	10
1.2 Formulação do problema	10
1.3 Objetivo Geral.....	11
1.4 Objetivos Específicos	11
1.5 Justificativa	11
2 REVISÃO TEÓRICA	13
2.1 A importância da educação política no Brasil	13
2.2 A importância da Educação Política na formação de cidadãos conscientes.....	14
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	16
3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	16
3.2 Caracterização da organização, setor ou área <i>locus</i> do estudo	16
Fonte: Elaboração Própria.	16
Fonte: Elaboração Própria.	17
3.3. População e amostra ou participantes da pesquisa.....	17
3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	17
3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	27
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	30
Apêndice A – Roteiro de Entrevista utilizado com os alunos	30

1 INTRODUÇÃO

Castro e Mattos (2009) enfatizam que o tema política se encontra muito distante ainda da juventude em muitas literaturas e escolas, ao contrário de outros temas que sempre estão relacionados a este grupo como, por exemplo, relação com o outro, sexualidade, vocação profissional e identidade, estes são os temas mais falados quando se trata de produção científica ou dentro do próprio ambiente escolar.

Zitkoski e Hammes (2014) afirmam que este modelo padrão de escola deve ser rompido. Uma escola democrática e participativa deve criar mecanismos institucionais para a inclusão, de forma que todos aprendam todos os tipos de temas, principalmente, a serem autônomos, socialmente emancipados e cada vez mais cidadão. Os autores ainda reforçam que somente quando esses fatores acontecem com o jovem é que ele se tornará capaz de ser um “novo” ser humano, com todas essas características. É nesse modelo que a escola deixa de ser autônoma e isolada e passa a ser mais integrada com as realidades da sociedade.

O presente trabalho busca analisar como está o conhecimento dos estudantes quanto a política municipal. O trabalho contou com a participação de estudantes das Escolas Estaduais de Paracatu-MG. A pesquisa foi realizada com 2.002 estudantes do nono ano e ensino médio da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Buscou-se verificar se esses jovens sabem sobre política em sua esfera municipal, estadual e federal através de questionário, visita nas escolas e levantamento de resultado.

Castro (2008) apresenta um trabalho na mesma linha de pesquisa sobre quais os caminhos que os jovens brasileiros conseguem construir para se sentirem responsáveis e pertencentes frente a uma participação política, que possam considerar essa participação como um aprendizado real e verdadeiro.

Esta pesquisa permite conhecer o pensamento destes jovens a respeito do tema. A pesquisa ainda permitiu que se realizasse uma intervenção nas escolas participantes, apresentando o que é a política em suas diversas esferas bem como sua utilidade na vida social dos estudantes.

1.1 Contextualização

A importância do estudo da política em nosso contexto escolar é tão importante quanto qualquer outra disciplina. Jovens formados nesta área do conhecimento serão adultos críticos que não aceitarão qualquer representação política. Para Oliveira e Bianchini (2017) vive-se um tempo de constante avaliação de competências, além de uma contínua análise e avaliação dos sistemas e aspectos que envolvem a gestão escolar. É meio estranho questionar se dentro da escola existem projetos de amplo acesso a diversas culturas existentes.

Nota-se que os alunos das escolas estaduais de Paracatu-MG não têm curiosidades acerca deste assunto. Por este motivo despertou o interesse de se trabalhar este tema nesta cidade visto que esta dificuldade está em grande parte das redes públicas de ensino no Brasil.

Oliveira e Bianchini (2017) continuam nesta mesma linha de raciocínio afirmando que este tema não está fora da realidade, pois os professores e funcionários das redes públicas de ensino dão o máximo para criar uma cultura de que a educação tem sentido. Que o governo não deve somente olhar estas escolas no ponto de vista político-ideológico, mas também de futuras oportunidades.

1.2 Formulação do problema

Para Fuks (2012) há uma indagação de quem ensina o conhecimento político para o jovem: a escola ou os pais. Essa dicotomia está relacionada às características como classe social dos pais, escolaridade e realidade social da escola. Esses atributos podem influenciar diretamente a informação política do jovem. Sendo assim, surge um problema de pesquisa: **De que forma os estudantes do nono ano ao ensino médio das escolas estaduais sabem sobre as responsabilidades do governo, bem como suas funções acerca da política desenvolvida na esfera municipal?**

Dantas e Caruso (2011) levanta algumas perguntas instigadoras, o que fazer com esses jovens? Como mostrar nossos jovens que eles têm direito e devem exercer sua cidadania? Quem se interessara por cenário? Se prepararmos hoje esses jovens para uma cidadania consciente, quanto conseguiremos melhorar? O objetivo desta pesquisa é responder estes questionamentos, bem como o maior deles voltado para a realidade da cidade de Paracatu-MG.

1.3 Objetivo Geral

Identificar a proporção do conhecimento político dos estudantes do nono ano ao ensino médio da rede estadual de ensino na cidade de Paracatu-MG.

1.4 Objetivos Específicos

- Levantar informações sobre o conhecimento político de estudantes da rede pública estadual;
- Descrever políticas públicas de educação para a democracia e cidadania dos jovens;
- Apresentar a importância da educação política no ensino formal da rede estadual na formação de eleitores conscientes e exercendo a democracia.

1.5 Justificativa

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205 reconhece o acesso à educação como um direito primordial que se deve ser dividida entre o Estado, família e sociedade (BRASIL, 1988). Ao determinar que a educação é o direito de todos e dever do estado e também da família, deve-se promover e incentivar a colaboração de toda sociedade para que haja pleno desenvolvimento das pessoas. Isso inclui o exercício da cidadania e também sua qualificação para o trabalho.

Brecht (2012) enfatiza que, quando o cidadão não exerce sua democracia ele acaba tornando-se um analfabeto político. Para o autor, o analfabeto político pouco se importa com a sociedade a qual ele está inserido, ele acaba sendo “burro”, mas tão “burro” que ao votar em qualquer político ele passa a não questionar esses representantes. E o pior disso tudo é que ele se orgulha em ser. Não sabendo que através deste comportamento ele acaba por contribuir na geração de mais miséria, desemprego e corrupção que é o político desonesto.

Segundo Menezes et al. (2014), a democracia é o termo que caracteriza o regime político no século XXI da maioria dos países ocidentais. Sendo assim um conceito tão importante quanto complexo, pois seu significado atual se originou de várias fontes históricas e modificou ao longo de milhares de anos.

Para a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 1964), que é um documento orientador para construção da grade comum curricular e define o conjunto orgânico e

progressivo de aprendizagens essenciais, os alunos devem se desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e está orientado por vários princípios, sendo eles éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, os quais se caracterizam fundamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Ao falar sobre política municipal dos jovens Lahuerta, Nascimento e Lopes (2015) reforçam quando diz que a política municipal se refere como o cidadão compreende e participa dela. A respeito das câmaras municipais em geral, há uma inúmera falta de clareza e acessibilidade dos cidadãos sendo a maioria deles jovens, a este ambiente, bem como os procedimentos, de quem são as competências e como funciona o processo da tomada de decisão que são votadas no parlamento, na mesma medida não sabem as verdadeiras funções de um vereador nem o que ele está fazendo, e assim a população considera a função do vereador “menos importante” do que os demais cargos políticos nas esferas estaduais e federais.

Há uma relação entre a maneira como o cidadão compreende a política e a sua participação (LAHUERTA et al., 2015). No caso das políticas municipais esta situação se torna mais complexa pois muitas vezes é esquecida, mas é preciso entender que se não se fizer uma política municipal participativa, democrática e inclusiva obviamente não se conseguirá exercer este mesmo papel na esfera estadual e federal.

Nesse sentido Lahuerta et al. (2015) continua reforçando que ao colaborar na consolidação destas políticas e fortalecer o ensino médio, como já é proposta do Ministério da Educação, que um programa possa apoiar na inovação pedagógica de ensino e aprendizagem nestas escolas públicas. Fomentando assim, mudanças que são necessárias para a organização do curriculum escolar de cada etapa educacional reconhecendo a singularidade dos sujeitos que atende.

Sendo a assim, o presente estudo se justifica pelo fato de se verificar a perspectiva que a política pode ser trabalhada com os estudantes da rede pública estadual de ensino.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este assunto tem sido discutido e mesmo com grandes avanços, sabe-se que ainda existem muitos questionamentos sobre o processo desta inclusão. Diante disso, esta sessão apresenta a revisão da literatura a respeito do tema.

2.1 A importância da educação política no Brasil

Para Menezes et al (2014), é notória a necessidade de construir algumas referências do país apoiando nas mudanças necessárias para formação dos estudantes, desta forma a ideia é enfrentar velhos problemas que a educação brasileira vem enfrentando bem como os novos desafios que estão surgindo através da atual conjuntura mundial. Sendo assim, faz-se necessário o estudo da Ciência Política nas escolas. Este estudo tem a intenção de reger a sociedade, nas suas mais complexas maneiras de atuação. A inclusão desse tipo de estudo na grade curricular das escolas brasileiras, tem por objetivo aprofundar a história da educação juntamente com os processos políticos e o desenvolvimento deste senso crítico.

Continuando a ideia dos autores Menezes et al (2014), a ciência política estuda as teorias bem como suas práticas, analisando assim o sistema político que constituem as organizações, e o comportamento político. Este estudo envolve as estruturas bem como suas mudanças no processo governamental. Esta ciência consegue abranger vários campos, algumas delas pode ser a Filosofia Política, geopolítica, relações internacionais, entre outros.

Oliveira e Bianchini (2017) afirmam que o Brasil passa por tempos de bastantes questionamentos políticos dentro das escolas, uma vez que a grande polarização política vista. Observa-se um conjunto de iniciativas do legislativo para tentar evitar que a educação política entre nas escolas, julgando ser uma educação “ideológica”. Alguns estados já aprovaram eis nesta vertente, como o estado de Alagoas que aprovou o projeto de lei “Escola livre” um projeto que tem sido denunciado por diversos poderes e profissionais da área como anticonstitucional.

Nesta mesma linha de raciocínio Oliveira e Bianchini (2017) continua afirmando que a escola é republicana, e neste princípio ela se torna laica, assim o apostolado que atente contra essa argumentação, democracia e educação, por princípio encontra-se suspenso, essa garantia está em nossa carta magna a Constituição Brasileira de 1988.

2.2 A importância da Educação Política na formação de cidadãos conscientes

Dantas e Caruso (2011) dizem que no Brasil pouco se faz sobre instrução para a cidadania, letramento político e educação política. Cidadania e protagonismo juvenil no Ministério da Educação é, “apenas”, um tema transversal, há uma falta de notórios saberes básicos destes jovens, pois a falta de investimento nos coloca frente a grandes dificuldades para implementar assuntos desta natureza. Muitos acreditam que colocando os jovens para votar nas urnas com a idade de 16 anos já é um grande avanço na democracia e o direito de usufruir sua cidadania.

Ainda em Dantas e Caruso (2011), infelizmente estes mesmos jovens que podem gozar deste direito tão valioso não sabem o que de fato eles estão fazendo nas urnas. Pois ainda lhe faltam oportunidades dentro das próprias escolas em debater sobre o assunto. Se nossos adultos, cidadãos muitas vezes bem formados, que conhecem o sistema eleitoral brasileiro estão desmotivados diante da realidade política atual do País, da mesma maneira os jovens que muitas vezes são afastados deste conhecimento.

Nesta linha de pensamento, alguns projetos de lei já foram criados, entre eles está um projeto de Lei de Iniciativa Popular criada no ano de 2012, o intuito era conseguir 1.300.000 assinaturas, objetivando decretar o seguinte “Inclui-se o parágrafo 7 ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de Ciências Políticas na educação básica”. Essa iniciativa, teve as seguintes justificativas:

A publicação da Lei nº 11.684 em 2008 incluiu a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia nos cursos de Ensino Médio. Entretanto, tais disciplinas, ainda que de suma importância para aguçar a criticidade dos alunos, bem como contribuir com o exercício da cidadania, não abordam questões que envolvam o conhecimento sobre a estrutura política. Compreendemos que uma disciplina específica que ensine conceitos básicos da estrutura política possa contribuir significativamente para o desenvolvimento da nação, no que diz respeito à escolha dos representantes da população e ao exercício dos direitos e deveres de todos. A inclusão desta disciplina no ensino fundamental II fará com que os jovens discutam e reflitam sobre assuntos ligados à vida pública formando adultos participativos no meio social. O artigo 27 da lei nº 9.394/1996, I, diz que os conteúdos curriculares da educação básica devem observar a difusão de valores fundamentais aos interesses sociais, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, entretanto, no que concerne às disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, ambas tratam de assuntos pertinentes à vida em sociedade mas, não aos assuntos de Ciência Política, tais como as que se encontram em anexo. Por isso reiteramos a necessidade de se incluir tal disciplina no currículo da educação básica para o real cumprimento dos conteúdos, e pleiteamos a aprovação deste projeto, visando o interesse do bem comum.

Menezes et al. (2014) fala que é evidenciado que muitas pessoas estão em busca de projetos de leis que possa rever os conceitos implementados na educação básica brasileira, para que além de disciplinas que abordam às diferentes áreas de conhecimento, sejam incluídos os assuntos políticos e o cenário atual brasileiro em que estamos inseridos. Cada vez é cobrado da sociedade a formação civil e ética. Para os jovens não é diferente, pois são eles que irão dar continuidade nesses valores no futuro.

A Lei de Diretrizes e Bases já mostrava uma preocupação a respeito do assunto em seu art. 1º., em relação ao ensino médio, o documento defendia a ação daquele Conselho na elaboração e criação de uma disciplina chamada Organização Social e Política Brasileira - OSPB, “com o objetivo de criar no adolescente o amor pelas instituições integrantes da ordem social e política do seu país” (BRASIL, 1964, p. 16).

Como se vê, o problema é complexo e só poderá ser resolvido dentro de todo o conjunto dos fatores educativos, quer na escola, quer fora dela. Trata-se, no fundo, da formação de hábitos de natureza ética, causada não apenas pela aquisição de conhecimentos através de aulas, mas principalmente pelo calor afetivo das relações de pessoa a pessoa e pelo atrativo dos ideais vividos em comunidade. Conseqüentemente, para esse fim importa muito mais o ambiente humano com que se educa o adolescente, do que as matérias e as técnicas empregadas. Assim, a desejada educação moral e cívica dos educandos dependerá principalmente do ambiente e m que viverem e se desenvolverem, tanto na escola, como na família e na comunidade local (BRASIL, 1964, p. 16).

Novamente uma educação que tenha consciência aos seus deveres cívicos, morais, amor e o cuidado pelas instituições aparece como horizonte da educação política. Porém a escola, por ser uma extensão da família, deveria com ela se entender para definir o apoio, ajuda e amparo daquilo que seria a educação cívica ou política. Desta forma cabe aos pais, um entrosamento maior com a escola do seu filho, poder acompanhar as atividades que são desenvolvidas com seus filhos, no ambiente escolar ou fora dele, alinhando com estes educadores formas que juntos possam fazer muito mais pelo o estudante. Isso não isenta os pais a clara noção que educação é criação de hábitos, nesse caso, “de natureza ética”, formada em casa, na família, que desta forma extrapola e muito os limites do governo ou curriculum escolares (BRASIL, 1964, p. 16).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

A pesquisa se classifica como exploratória e descritiva, pois busca através de questionários e visitas as escolas descrever e analisar o tema pesquisado a partir do posicionamento do grupo analisado. Utilizou-se de abordagem qualitativa, pela qual se justifica devido a forma na qual os dados foram obtidos, o que Lüdke (1996) enfatiza como o contato direto do pesquisador com a realidade pesquisada retratando a perspectiva dos participantes.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

A pesquisa foi realizada em todas as escolas públicas estaduais do município de Paracatu-MG. As unidades escolares atendem entre 109 alunos e 810 alunos, dependendo do tamanho da escola. Todas as escolas são estaduais atendidas pelo governo de Minas Gerais e são de Ensino Fundamental II e Ensino Médio (Tabela 1 e 2). Das escolas de Ensino Fundamental II participaram da pesquisa apenas as turmas do 9º ano.

TABELA 1 –
Escolas participantes da pesquisa de Ensino Fundamental II

ESCOLAS ESTADUAIS SRE: PARACATU/MG	5º ANO. Ens. Fund	6º ANO Ens. Fund	7º ANO Ens. Fund	8º ANO Ens. Fund	9º ANO Ens. Fund
Escola Estadual Doutor Virgílio de Melo Franco	X	X	X	X	X
Escola Estadual Antônio Carlos	X	X	X	X	X
Escola Estadual Altina De Paula Guimarães		X	X	X	X
Escola Estadual Dom Serafim	X	X	X	X	X
Escola Estadual Temístocles Rocha	X	X	X	X	X
Escola Estadual Olindina Loureira	X	X	X	X	X
Escola Estadual Afonso Roquete		X	X	X	X
Escola Estadual Delano Brochado	X	X	X	X	X
Escola Estadual Júlia Camargo	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração Própria.

TABELA 2 –
Escolas participantes da pesquisa do Ensino Médio

ESCOLAS ESTADUAIS SRE: PARACATU/MG	1º ANO. Ens. Médio	2º ANO Ens. Médio	3º ANO Ens. Médio
Escola Estadual Neusa Pimentel Barbosa	X	X	X
Escola Estadual Doutor Virgílio de Melo Franco	X	X	X
Escola Estadual Antônio Carlos	X	X	X
Escola Estadual Altina De Paula Guimarães	X	X	X
Escola Estadual Olindina Loureira	X	X	X
Escola Estadual Afonso Roquete	X	X	X
Escola Estadual Delano Brochado	X	X	X

Fonte: Elaboração Própria.

3.3. População e amostra ou participantes da pesquisa

Foram enviados questionários a 2003 estudantes do 9º ano e das 3 etapas do ensino médio em 10 escolas do município. Os estudantes não foram diferenciados por sexo, raça ou cor e possuíam em média a idade de 13 a 18 anos. Embora se conhecesse a realidade econômica dos bairros pesquisados, não foi diferenciada a classe social-econômica dos pesquisados. A amostra final resultou no total de 2003 questionários respondidos.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Para auxiliar na captação dos dados para a pesquisa foi utilizado um questionário com 10 perguntas que buscavam extrair informações a respeito da percepção dos estudantes quanto a institucionalização municipal. Segundo Gil (1999), todo questionário pode ser uma série de perguntas relacionadas ao tema, essas perguntas podem ser pequenas ou grandes, elas podem ser feitas por escrita. Essa forma de pesquisa serve como sondagem, onde as coletas das informações irão oportunizar os dados necessário ao pesquisador com informações necessárias para comprovar as evidências. As perguntas utilizadas na pesquisa estão dispostas no quadro 1.

Quadro 1 - Perguntas do questionário de pesquisa

QUESTÕES ABORDADAS NO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
1. Você já estudou sobre política na Escola?
2. Com relação ao que você aprendeu na escola ou já ouviu falar, marque a relevância que você acredita que a política tem em seu dia a dia:
3. Você sabe quais as funções dos poderes executivo e legislativo municipal?
4. Quais as duas principais funções de um vereador no município?
5. Quais as duas principais funções de um Prefeito?
6. Você busca se informar sobre os trabalhos realizados pelos governantes de Paracatu?
7. Quais as duas secretarias municipais de Paracatu que você percebe que os trabalhos são menos visíveis em seu cotidiano?
8. Você se vê representado pelos vereadores da atual Câmara de Vereadores de Paracatu?
9. Quanto ao sistema político vigente, você acha justa a questão do voto ter peso diferente em função de um partido/legenda, onde não necessariamente o mais votado é eleito (ex.: vereadores e deputados)?
10. Você acredita ser importante a inclusão do estudo da política no currículo escolar?

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Nesta pesquisa houve duas etapas, na primeira a coleta das informações através do questionário, a segunda foi a intervenção levando o resultado coletado de cada escola. Em um primeiro momento foi realizada uma visita em cada uma dessas escolas passando nas turmas coletando as respostas dos mesmos. As questões foram respondidas de maneira individual. Não foram realizados pré-testes. É importante ressaltar que elaboração das perguntas podem expressar um pouco de subjetividade do pesquisador.

Após o recolhimento de todos os respondentes foi realizada uma análise, na qual se dividiu a quantidade de respostas referente a cada pergunta. Para isso foi utilizado a planilha eletrônica do MS Excel 2018 que permitiu ainda obter uma estatística descritiva dos dados e a confecção de gráficos. Logo após a obtenção dos resultados coletados foi feita uma análise das

respostas comparando, idade, escola e bairro onde moram. Houve a separação dos dados por escola onde permitiu uma visão geral da pesquisa de forma micro e macro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mais da metade dos estudantes afirmou ter estudado política na escola (62%), entretanto, os dados permitiram perceber que os alunos pouco sabem sobre política municipal, como já havia apresentado Castro (2008) ao se referir que no país existem poucos estudos que observam a participação dos jovens na política e nas áreas sociais. E um número considerável não sabe afirmar se já fez estudos sobre política, o que revela um desconhecimento básico sobre a temática.

Este desconhecimento sobre o que é política pode ser observado nas respostas para a pergunta 3, onde 54% não sabem responder quais as funções dos poderes executivo e legislativo municipal (Gráfico 1). Observa-se que o tema política não é compreendido de forma concisa por parte dos estudantes, tendo em vista que 29% não sabem opinar sobre a representatividade dos vereadores na pergunta 8.

A maioria dos participantes (61%) não se vê representado pelos vereadores atuais, o que demonstra que mesmo o conhecimento teórico sobre política seja pequeno, os participantes mantêm opinião sobre a atuação dos políticos, que é formada com base na sua vivência cotidiana enquanto cidadãos e no que observam de mudanças, ações e decisões do governo em sua cidade, assim como pela opinião política que formam por influência do seio familiar.

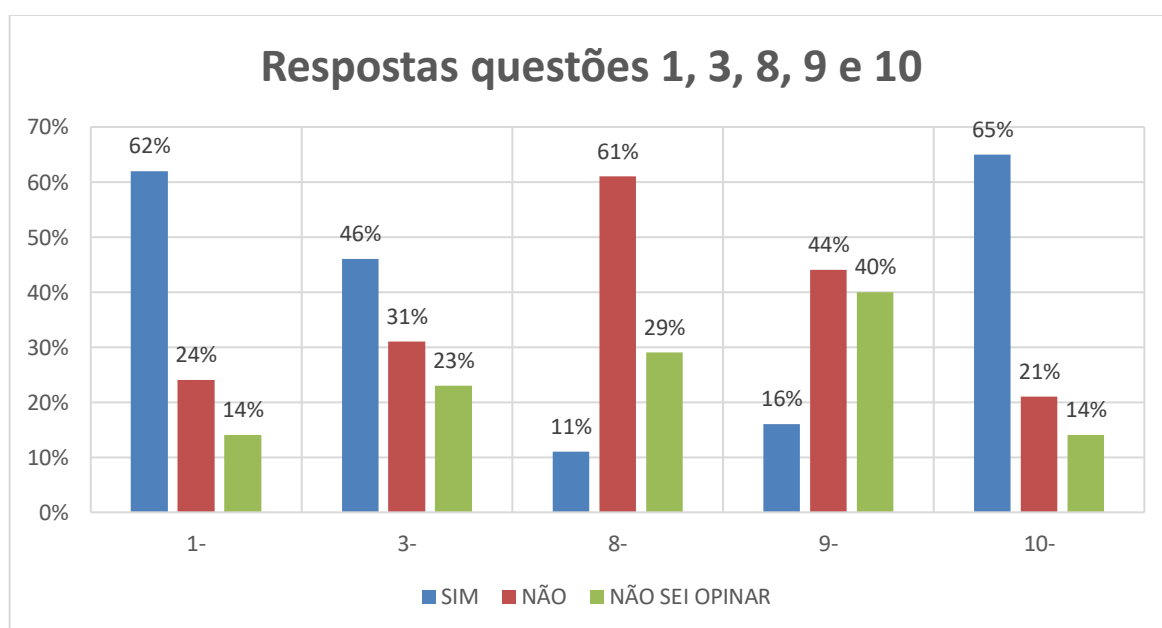


GRÁFICO 1 – Resultado das respostas dadas as questões 1, 3, 8, 9 e 10
Fonte: Elaboração própria.

O desconhecimento político da amostra estuda pode ser evidenciado nas respostas dadas a pergunta 9, visto que 40% não sabem opinar e 16% acreditam ser justo o voto ter peso diferente entre partidos e não necessariamente o mais votado ser eleito. Mas a questão também revela que 44% dos estudantes compreende como sendo injusta a eleição de políticos menos votados, o que demonstra que quase metade dos participantes consegue ter um entendimento mínimo sobre o senso de justiça na dinâmica política se questionados sobre o assunto.

Embora o conhecimento político ainda seja pouco explorado, nota-se que boa parte dos participantes têm conhecimento da importância da educação política nas escolas, visto que 65% responderam que acreditam que o estudo sobre política deve entrar no currículo escolar. Mas esse dado ainda revela que a introdução desse tema na educação escolar pode enfrentar desafios e resistência por parte do corpo escolar, observando que 21% dos entrevistados acham que política não deve ser incluída no ensino.

Mais da metade dos estudantes (52%) afirma que não busca informações sobre a atuação e trabalhos realizados pelos governantes da cidade de Paracatu, demonstrando um baixo índice de engajamento dos jovens na busca de conhecimento sobre a atuação do governo local. Já 35% afirma que as vezes busca se informar e 13% que se se informam, o que revela que, mesmo de maneira tímida, existem jovens que também buscam se atualizar sobre os trabalhos que são desenvolvidos pelo governo em sua cidade (Gráfico 2).

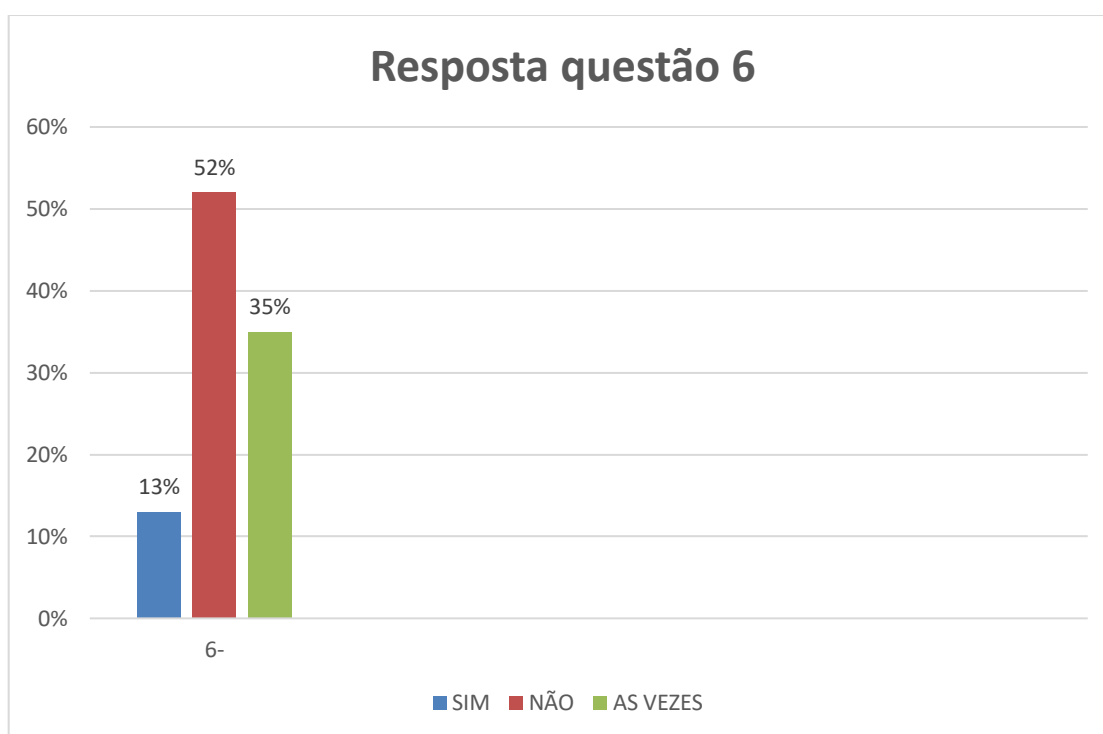


GRÁFICO 2 – Resultado das respostas dadas a questão 6
Fonte: Elaboração própria.

Quanto a relevância da política no dia a dia com base no que o estudante aprendeu na escola, um maior número (30%) respondeu que tem importância média, ou seja, não é um tema central, mas está presente de alguma maneira em seu cotidiano. Já 32% consideram que o assunto é relevante ou muito relevante, o que demonstra que para um parte considerável dos jovens a política é um tema presente em seus contextos diários (Gráfico 3).

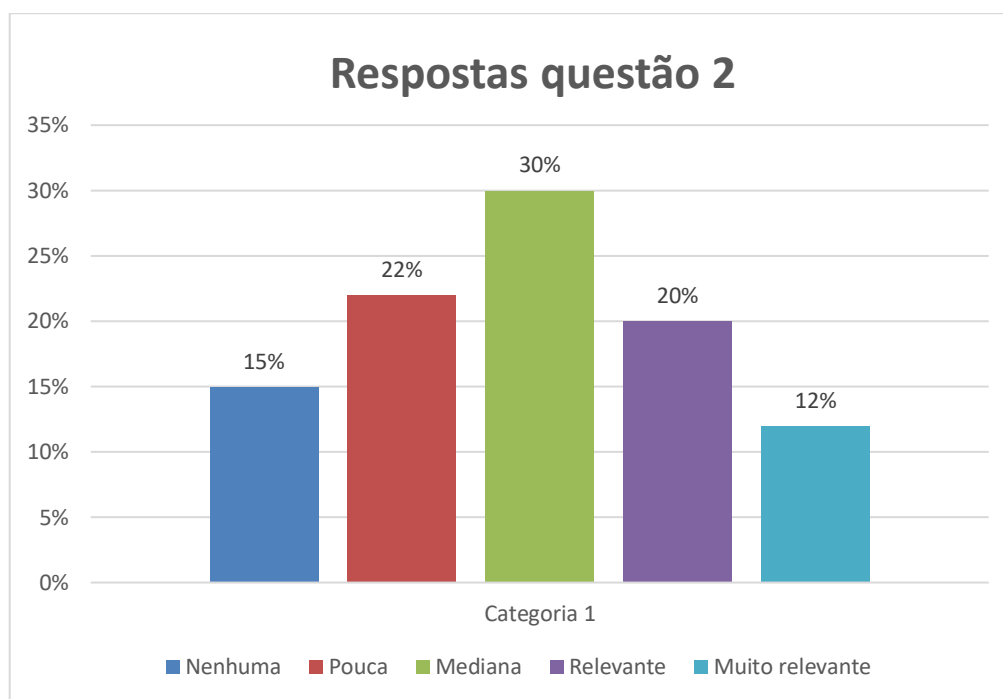


GRÁFICO 3 – Resultado das respostas dadas a questão 2
Fonte: Elaboração própria.

Esses dados revelam que para mais da metade dos jovens a política, de certa forma, é um assunto abordado em seus ambientes cotidianos de diálogo ou que observam como a política os influencia de alguma maneira. Entretanto, pode-se considerar um número elevado de estudantes que consideram a política como pouco ou não relevante em seu dia a dia, demonstrando que uma parte considerável dos jovens não compreendem as dinâmicas políticas e como ela os afeta diretamente no cotidiano, assim como demonstra que é um assunto pouco discutido entre 37% dos jovens entrevistados.

Quanto as funções do cargo de um vereador municipal, 60% dos entrevistados responderam corretamente, que o papel do vereador é de criar leis municipais, fiscalizar o trabalho da prefeitura e levantar demandas locais para atender as necessidades específicas do município (Gráfico 4). Essa dado demonstra que, embora o ensino de política nas escolas não seja efetivo, os estudantes tem um conhecimento básico sobre o poder do governo local e em que dimensões ele deve atuar.

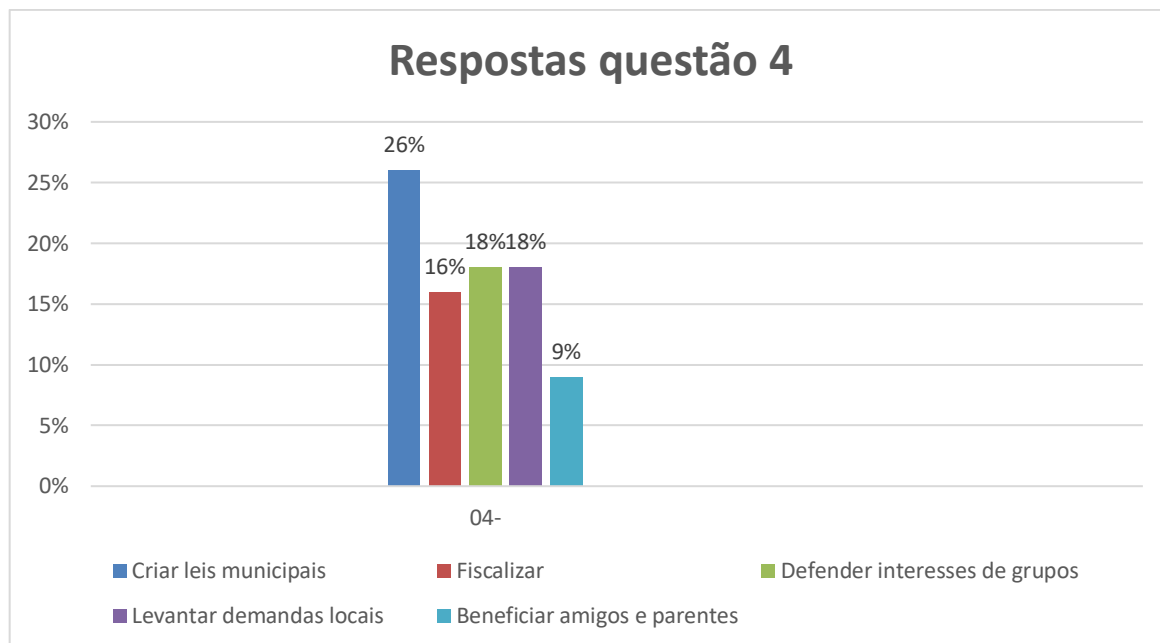


GRÁFICO 4 - Resultado das respostas dadas a questão 4
 Fonte: Elaboração própria.

Esses dados também revelam que há um desconhecimento, mas também uma descrença no governo por parte dos jovens, visto que 18% acreditam que o vereador deve defender interesse de grupos específicos e que 9% acreditam que o político beneficia amigos e parentes em sua atuação na prefeitura.

Segundo informações do Superior Tribunal Eleitoral (STE), o vereador faz a ligação entre o governo e o povo, ele tem de ouvir o que os eleitores querem, propor e aprovar suas demandas na câmara municipal. Ao vereador cabe elaborar as leis municipais e fiscalizar a atuação do Executivo: o prefeito, acompanhando e verificando se estão sendo cumpridas as metas de governo e se estão atendendo as normas legais. Eles também propõem, discutem e aprovam as leis a serem aplicadas no município, como a Lei Orçamentária Anual, que define em como devem ser aplicados os recursos provenientes dos impostos dos cidadãos (BRASIL, 2016a).

Sobre as funções do prefeito, 55% dos entrevistados demonstraram saber o seu papel respondendo que o prefeito deve buscar atender os interesses da população municipal e utilizar o dinheiro público para beneficiar a população em geral. Mas 26% responderam equivocadamente que as funções do prefeito são executar obras para beneficiar apenas alguns grupos e usar dinheiro público para beneficiar empresas e associações locais (Gráfico 5).



GRÁFICO 5 – Resultado das respostas dadas a questão 5
 Fonte: Elaboração própria.

Cabe ao prefeito sancionar as leis aprovadas em votação pela câmara municipal (câmara de vereadores), assim como vetar e elaborar propostas de leis quando achar pertinente. Ele também tem a função de definir onde serão aplicados os recursos derivados de impostos e demais verbas repassadas pelo estado e pela União (BRASIL, 2016b). Segundo o TSE, também são funções do prefeito:

- Desenvolver as funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos habitantes;
- Organizar os serviços públicos de interesse local;
- Proteger o patrimônio histórico-cultural do município;
- Garantir o transporte público e a organização do trânsito;
- Atender à comunidade e ouvir suas demandas;
- Pavimentar ruas, preservar e construir espaços públicos, como praças e parques;
- Promover o desenvolvimento urbano e o ordenamento territorial;
- Buscar convênios, benefícios e auxílios para o município que representa;
- Apresentar projetos de lei à câmara municipal, além de sancionar ou vetar;
- Intermediar politicamente com outras esferas do poder, sempre com intuito de beneficiar a população local;
- Zelar pelo meio ambiente, pela limpeza da cidade e pelo saneamento básico;

- Implementar e manter, em boas condições de funcionamento, postos de saúde, escolas e creches municipais, e o transporte escolar;
- Arrecadar, administrar e aplicar os impostos municipais da melhor forma;
- Planejar, comandar, coordenar e controlar as ações municipais (BRASIL, 2016).

Quando questionados sobre qual das duas secretarias municipais de Paracatu os trabalhos desenvolvidos pelo governo são menos visíveis no cotidiano, as secretarias com maior percentual de resposta foram a Secretaria Municipal de Saúde, com 15%, e a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo (Gráfico 6). Essa dado indica que, na percepção dos jovens, as áreas em que o governo municipal destina menos investimento são a saúde pública e espaços que beneficiam a qualidade de vida da população, como ações e centros de atividades esportivas, áreas de lazer urbanas e incentivo ao turismo local.

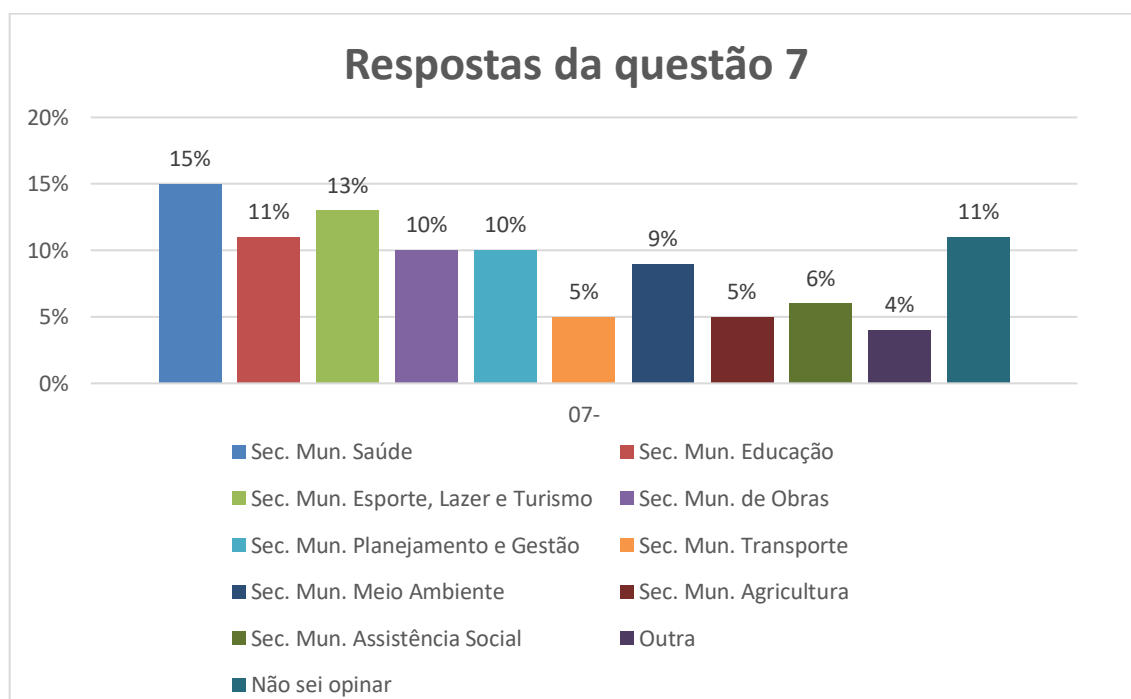


GRÁFICO 6 - Resultado das respostas dadas a questão 7
Fonte: Elaboração própria.

As outras secretarias mais apontadas foram a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O que indica que os jovens, a partir da sua realidade, observam um baixo investimento do governo local na educação pública, em obras para melhorar a qualidade dos espaços urbanos e na conservação do meio ambiente.

Esses dados demonstram que os estudantes participantes da pesquisa, de uma forma geral, observam em seu cotidiano as áreas onde há maior carência de investimento público do governo local, assim como ocorre em outras regiões, que são a saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, infraestrutura urbana e gestão dos recursos públicos.

Portanto, nota-se que, embora os jovens não tenham acesso à educação política de maneira direta e aprofundada, suas experiências e vivências de vida, seja em casa, na cidade ou no ambiente escolar, os permitem ter informações básicas para compreender e observar, ainda que de maneira rasa, qual a influência da política e dos governantes municipais na sua qualidade de vida, nas condições dos serviços públicos e no desenvolvimento de seu município.

Por meio dos dados coletados e gráficos gerados verificou-se a possibilidade de ser criada uma intervenção em cada uma das escolas de modo muito particular. Esta intervenção foi realizada de modo individual a fim de diferenciar quais escolas que precisavam aprender sobre os temas de todas as questões elaboradas, e as que já outras talvez precisasse somente de algumas questões. Depois de gerar o gráfico individual da escola e a intervenção, pretende-se retornar as escolas para ensinar aos alunos sobre alguns temas em especial que se mostraram em déficit na hora das respostas por escola.

Logo após ter os resultados em mãos com o gráfico realizado de cada escola foi observado quais questões os alunos daquela determina escola mais errou. Diante disso criou-se uma apresentação de Power Point contendo todas as informações necessárias para que as dúvidas fossem sanadas entre eles, foi marcado um dia no auditório de cada escola onde todos os alunos que responderam o questionário foram convidados a participar deste encontro. Com o apoio dos demais professores desta mesma escola aconteceu a intervenção com duração de 1 hora.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O estudo sobre política municipal teve como foco alunos das escolas da rede estadual de ensino na cidade de Paracatu-MG. Foram 2003 alunos que responderam ao questionário de 10 perguntas a respeito da política municipal. Nunca houve um trabalho desta proporção realizadas nas escolas públicas de Paracatu.

Pesquisas como essas devem ser difundida cada vez mais, o número de adolescentes e jovens que não possuem conhecimento sobre o mesmo é alarmante, durante todo trabalho pode perceber que a limitação ao acesso de informações acerca deste tema é limitado, uma política educacional que não é pensada na educação deixa de ser uma política democrática. Entregar conhecimento aos os alunos é um perigo e ameaça aos nosso políticos que tem feito a “casa do povo” virar um verdadeiro circo. As escolas públicas têm seus currículos esvaziados, há precarização dos recursos e o conformismo quanto à realidade social.

Realidade que muitas vezes está ligada à exploração, falta de verbas e desvalorização dos professores. Uma Educação pública que está distante da comunidade a que não á atende trabalha sem rumo, sem foco, literalmente no vazio. A mudança deve ser urgente, pois a educação transforma pessoas no aqui e no agora, gerando futuros cidadãos mais conscientes e de alto poder argumentativo frente aos seus direitos.

Este trabalho contribuiu com várias linhas de pesquisa e raciocínio, uma vez que ao se medir o grau de conhecimento dos alunos, ficou evidente que a maioria desconhece a respeito do tema. É importante reforçara necessidade de maior atenção a comunidade escolar e exigir uma maior cobrança do governo quanto a políticas públicas voltadas à educação.

Outro fato importante é a atualização do currículo voltado as necessidades desses jovens. O trabalho das políticas públicas precisa ser mais eficazes dentro das escolas para mostrar a esses futuros eleitores e cidadãos como funciona a política seja na esfera municipal, estadual e federal e para que ela serve. Desta forma a cobrança por direitos e o cumprimento por deveres com certeza será mais eficaz e haverá mais brasileiros formados seja intelectualmente seja moralmente. E assim, jovens protagonistas da realidade o qual ele está inserido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 1964.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Vereador: conheça o papel e as funções desse representante político**. 2016a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/vereador-conheca-o-papel-e-as-funcoes-desse-representante-politico>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Conheça as principais atribuições do prefeito**. 2016b. Disponível em: <<https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/383096647/conheca-as-principais-atribuicoes-do-prefeito>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRECHT, Bertold. **O Analfabeto Político**. 2012.

CASTRO, Lúcia Rabello de. **Participação Política e Juventude: do Mal-Estar à Responsabilização Frente ao Destino Comum**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13910>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

CASTRO, Lucia Rabello; MATTOS, Amana Rocha. **O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude**. Análise Social, v. 4, n. 193, p. 793-823. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732009000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 abr. 2019.

DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinícius. **Política nas Escolas: O Quanto os Jovens Compreendem essa Demanda**. E-legis, Brasília, n. 7, p. 22-33. 2011.

FUKS, Mario. **Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens**. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 1, p. 88-108, jun. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAHUERTA, Milton; NASCIMENTO, Alessandra Santos; LOPES, Maira Gonçalves. **Educação política: instrumento necessário para melhorar a qualidade da democracia**. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8, 2015, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo, 2015, p. 1-7. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/142224>>.

LÜDKE, Menga. **Sobre a socialização profissional de professores**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 99, p. 5-15, nov. 1996.

MENEZES, Francisco Hugo P.; ARAÚJO, José Fábio S.; VASCONCELOS, Maria Mariana B.; SOUZA, Ana Paula M. **Uma Análise Sobre A Importância Da Educação Política No**

Ensino Básico Brasileiro Para A Formação Cidadã Dos Indivíduos. In: ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE LUCIANO FEIJÃO, 7, 2014, Sobral, CE. **Anais [...]** Sobral, CE: Faculdade Luciano Feijão, 2014, p. 1-9.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda; BIANCHINI, Paolo. **Educação Política No Brasil E Na Itália: Duas Histórias, Muitos Problemas Comuns.** Hist. Educ. (Online), Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 274-294, maio/ago. 2017.

ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge. **Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 119-139, mai/ago. 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista utilizado com os alunos

Eu, Diógenes de Oliveira e Souza, estou aplicando este questionário nas escolas estaduais de Paracatu, para saber o nível de conhecimento dos estudantes do Ensino Médio e 9º Ano do Ensino Fundamental sobre a política municipal. Desde já agradecemos sua colaboração.

QUESTIONÁRIO SOBRE POLITICA MUNICIPAL

NOME DA ESCOLA: _____

IDADE: _____ ESCOLARIDADE _____

SEXO: () MASCULINO () FEMININO

BAIRRO ONDE MORA: _____

1- Você já estudou sobre política na Escola?

() Sim () Não () Não sei opinar

2- Com relação ao que você aprendeu na escola ou já ouviu falar, marque a relevância que você acredita que a política tem em seu dia a dia:

a - () Nenhuma

b - () Pouca

c - () Mediana

d - () Relevante

e - () Muito relevante

3- Você sabe quais as funções dos poderes executivo e legislativo municipal?

A - () Sim b - () Não c - () Não sei opinar

4- Quais as duas principais funções de um vereador no município?

a - () Criar leis municipais

b - () Fiscalizar

c - () Defender interesses de grupos

d - () Levantar demandas locais

e - () Beneficiar amigos e parentes

f - () Não sei opinar

5- Quais as duas principais funções de um Prefeito?

a - () Buscar os interesses da população municipal.

b - () Executar obras que beneficiem alguns grupos.

c - () Utilizar o dinheiro público em benefício de empresas e associações locais.

d - () Utilizar o dinheiro público em benefício da população geral.

e - () Votar e aprovar leis municipais.

f - () Não sei opinar.

6- Você busca se informar sobre os trabalhos realizados pelos governantes de Paracatu?

a - () Sim b - () Não c - () Às vezes

7- Quais as duas secretarias municipais de Paracatu que você percebe que os trabalhos são menos visíveis em seu cotidiano?

a - () Sec. Mun. Saúde

b - () Sec. Mun. Educação

c - () Sec. Mun. Esporte, Lazer e Turismo

d - () Sec. Mun. de Obras

e - () Sec. Mun. Planejamento e Gestão

f - () Sec. Mun. Transporte

g - () Sec. Mun. Meio Ambiente

h - () Sec. Mun. Agricultura

i - () Sec. Mun. Assistência Social

j - () Outra: _____

k - () Não sei opinar

8- Você se vê representado pelos vereadores da atual Câmara de Vereadores de Paracatu?

a - () Sim b - () Não c - () Não sei opinar

9- Quanto ao sistema político vigente, você acha justa a questão do voto ter peso diferente em função de um partido/legenda, onde não necessariamente o mais votado é eleito (ex.: vereadores e deputados)?

a - () Sim b - () Não c - () Não sei opinar

10- Você acredita ser importante a inclusão do estudo da política no currículo escolar?

a - () Sim b - () Não c - () Não sei opinar

Obrigado por sua participação!